

*A instalação de novas unidades geradoras vai fazer de Peixoto uma das grandes centrais elétricas do país. Sua ampliação foi uma imposição do progresso*

## Planejamento, técnica e recursos financeiros se somam para resolver o problema básico do desenvolvimento do Brasil: o da produção de energia elétrica

*A energia elétrica é uma das raras utilidades que não podem ser importadas. Por outro lado, sua produção exige — a partir do momento em que um projeto é concebido — pelo menos cinco anos. Estes dois fatos mostram a importância que o planejamento tem para o setor. As necessidades futuras, os recursos financeiros, as exigências técnicas e as várias opções que podem ser adotadas para garantir um suprimento que atenda a uma demanda em permanente crescimento têm que ser previstas com grande antecedência. Caso contrário, todo o desenvolvimento de uma economia estará em perigo, podendo sofrer colapso de consequências imprevisíveis.*

País que dispõe, sem nenhum ufanismo, de substanciais recursos energéticos, principalmente de origem hidráulica, o Brasil desconhecia até pouco tempo atrás as suas verdadeiras possibilidades e não dispunha de um planejamento de caráter nacional para o setor elétrico; nem mesmo a frequência da nossa corrente elétrica era a mesma, o que vinha impedindo a interligação ampla dos sistemas.

Por outro lado, o crescimento do consumo de energia, importante índice para aferir o ritmo de desenvolvimento do país, vem se situando em torno de 10% ao ano, taxa bastante alta em relação à média mundial que é de 7%. Regiões existem no Brasil, como o Nordeste e o Paraná, onde tal índice atinge a valores ainda maiores, situando-se em cerca de 15% ao ano.

Tornava-se, pois, necessária a criação de um centro de planejamento combinado com um centro arrecadador e distribuidor de recursos para o setor elétrico — e este centro é a ELETROBRÁS, da área do Ministério das Minas e Energia.

Esta empresa planeja hoje judiciosamente as obras para atender às diferentes regiões, face a estudos de mercados, estabelecendo o equilíbrio entre oferta e demanda.

Uma grande usina leva cinco anos para ser construída, e portanto estão hoje sendo planejadas e projetadas as centrais que suprirão o país até 1973. Como o Brasil é carente de capitais, torna-se necessário que os investimentos sejam concentrados nos melhores empreendimentos cujas usinas, linhas de transmissão e redes distribuidoras são selecionadas após exaustivos estudos técnicos e econômicos.

Exemplo desse tipo de programação foi o imenso levantamento dos recursos energéticos realizado na Região Centro-Sul no período 1963/67, e que agora prossegue na Região Sul. Neste serviço empregam-se centenas de técnicos, além de aviões e helicóp-

teros para reconhecimento dos vales e usam-se modernos métodos de reconstituição topográfica e de pesquisa geológica. É um testemunho da nova mentalidade de ação: prever para prover.

### Programa Trienal

Com o aceleramento de taxa de crescimento do consumo de energia do país, taxa esta que, nos primeiros meses de 1968, atingiu a cerca de 13% ao ano, impõe-se uma rápida expansão da produção. Para atender às perspectivas, foi estabelecido um programa de obras que prevê também a criação de uma adequada capacidade de reserva. Até 1970, segundo o planejamento, a capacidade de geração atualmente de 8 milhões de kW alcançará a cifra de 11 milhões de kW, que será conseguida com a construção, em ritmo acelerado, de diversas usinas em todo o Brasil. Através de suas 15 empresas subsidiárias, e ao lado de suas 21 associadas, a ELETROBRÁS está, atualmente, empenhada na construção de 16 novas usinas, algumas de grande porte, mesmo em termos internacionais, como é o caso das Hidrelétricas de Ilha Solteira (3.200.000 kW), Jupia (1.200.000 kW), Estreito (600.000 kW) e Xavantes (400.000 kW) e da Termelétrica de Santa Cruz, já parcialmente inaugurada. Além disso, mais oito usinas estão sendo ampliadas, entre elas a de Paulo Afonso, que terá sua capacidade geradora elevada para 1.200.000 kW e a de Três Marias, que atingirá a cerca de 400.000 kW. Dentro desse programa, que prevê a solução do problema para depois de 1970, destacam-se, além do grandioso empreendimento de Ilha

Solteira e Jupia, a construção de Boa Esperança, no Piauí — verdadeiro marco de reedificação de uma vasta região até há pouco esquecida —, e os trabalhos de Curuá-Una, em pleno coração da Amazônia.

Na construção destas imensas barragens, os engenheiros brasileiros absorveram o que havia de melhor em técnica no mundo, e desenvolveram uma técnica própria. Hoje há firmas nacionais projetistas e de construção, no campo do desenvolvimento hidrelétrico e das construções das grandes estruturas que se nivelam ao que há de melhor no campo internacional. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se no Brasil uma florescente indústria de equipamentos elétricos que está em condições de suprir grande parte do material necessário às nossas centrais e redes elétricas. Se mais não se pôde fazer, até hoje, foi devido à carência de um esquema de financiamento adequado, comparável ao existente em países mais desenvolvidos.

Complementando esta expansão da capacidade geradora, está em execução, ao mesmo tempo, um vasto programa de transmissão e distribuição que vai incorporar ao mercado consumidor grandes faixas demográficas atualmente privadas do uso de energia elétrica. Neste programa, cabe maior prioridade às linhas destinadas a reforçar a capacidade de transmissão dentro de cada sistema e a promover a interligação entre sistemas, o que possibilitará a plena utilização da capacidade geradora. Neste setor, de transmissão e distribuição, vultosos investimentos terão ainda que ser feitos porque, em razão dos atrasos longamente acumulados, perderam sérias limitações à quantidade e qualidade da energia entregue ao consumo.

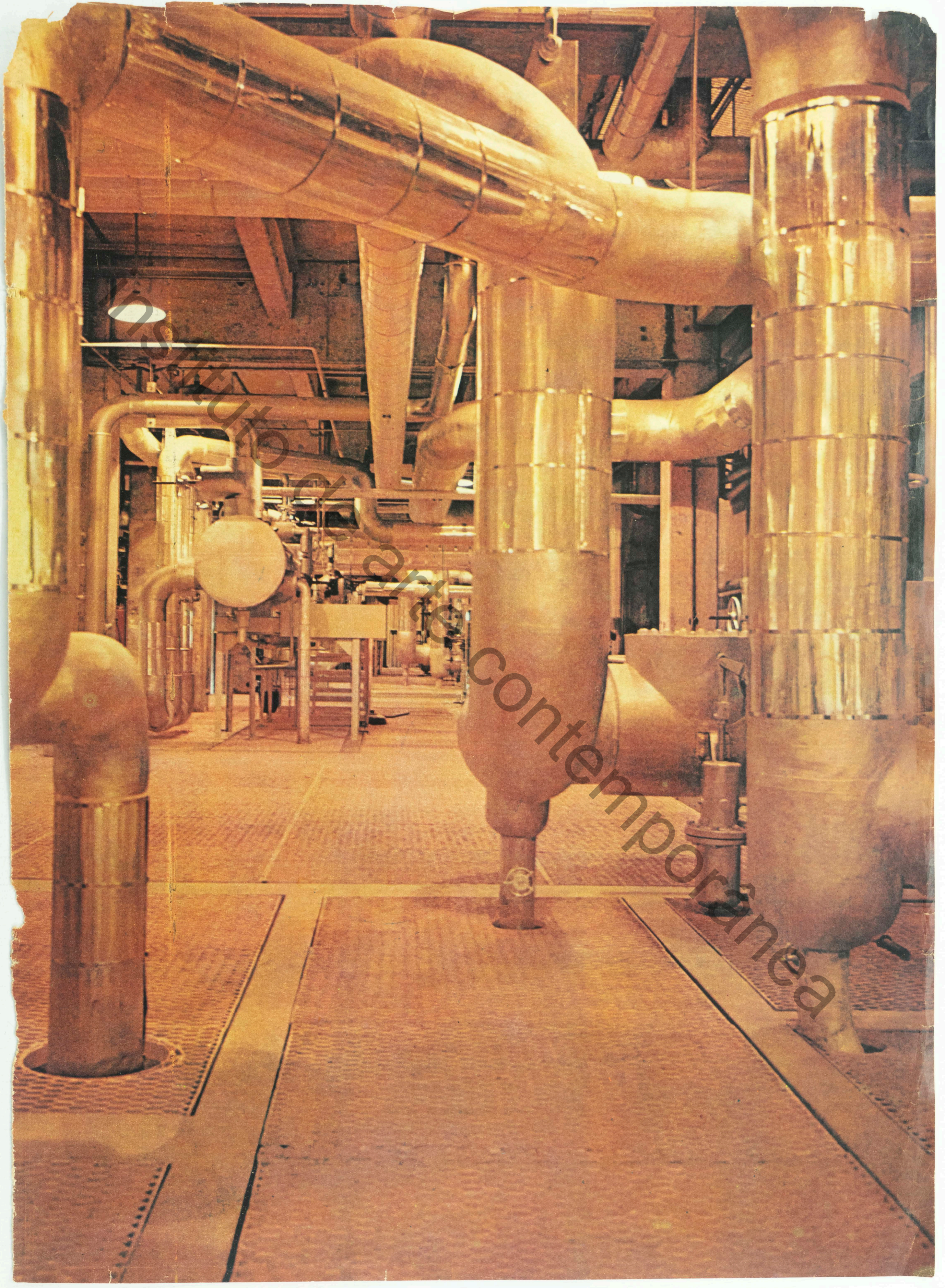
O Presidente Costa e Silva e o Ministro Costa Cavalcanti na inauguração da Usina de Santa Cruz.



### Necessidades financeiras

Em recente pronunciamento feito em nome do Presidente Costa e Silva, o ministro das Minas e Energia, General Costa Cavalcanti, afirmou, em Boa Esperança, que a política energética não se afastará dos princípios básicos da prestação do serviço pelo custo e da justa remuneração do capital investido, nos termos constitucionais.

Estas palavras respondem a uma das indagações mais sérias a respeito do problema de energia: de onde virão os recursos necessários à realização das obras já iniciadas ou em planejamento que, de acordo com o programa de investimentos da ELETROBRÁS, atingem, no triênio 1968-1970, a cifra de 6 bilhões de cruzeiros novos. Em depoimento que prestou perante a Comissão de Minas e Energia, da Câmara Federal, o Eng. Mário Bhering, presidente da ELETROBRÁS, reafirmou as declarações do Ministro Costa Cavalcanti, mostrando a estreita dependência que existe entre os níveis tarifários e as principais fontes de recursos em que se



contemporanea